

Nossa dor é comemorada como
indicador de eficiência policial !!



Excessos e avanços

Apesar de os meios de comunicação brasileiros geralmente apresentarem a violência de forma sensacionalista e descontextualizada, há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções

Por Kathie Njaine, pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz e Veet Vivarta, secretário executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)

A violência não é um fenômeno isolado, unicausal e se manifesta sob diversas formas. Algumas pesquisas brasileiras têm destacado a magnitude do impacto da violência estrutural, intrafamiliar, institucional e da delinquência sobre as crianças e jovens, matando-os precocemente ou deixando marcas profundas de dor e sofrimento. De maneira geral, essas formas de violência ganham visibilidade e disseminação nos meios de comunicação, tanto na ficção quanto no jornalismo, tanto em texto quanto em imagens.

No Brasil, a questão da violência, sobretudo os homicídios – a principal causa de morte na faixa etária de 15 a 19 anos –, tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação certamente estão entre elas, pois fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade.

Manifestação em Nova Iguaçu contra a chacina na Baixada Fluminense (RJ). Na imagem de Ratão Diniz, 21, ex-aluno da Escola de Fotógrafos Populares, um olhar diferente do da mídia sobre a comunidade

A televisão comercial, por exemplo, é a mídia mais utilizada por crianças e adolescentes. E é a principal fonte de lazer e de informação deles. A *Pesquisa sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violência* examinou o consumo da mídia eletrônica em dez capitais brasileiras. Realizado no ano de 1999 pela psicóloga Nancy Cardia, a pedido do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o estudo comprovou o uso intensivo da televisão em todas as cidades e faixas etárias pesquisadas. Cerca de dois terços dos entrevistados ficavam em média três horas diante da TV. O restante, entre quatro e seis horas. Uma fatia de 72% dos entrevistados declarou não gostar de programas e filmes com cenas violentas. Entretanto, 43% dos jovens afirmaram apreciar muito isso. Outro dado importante é o de que 42% dos entrevistados consideram o noticiário o programa com mais cenas violentas. Na faixa etária de 16 a 24 anos, os filmes são considerados o segundo progra-

Mais do que fomentador do comportamento violento, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma seu papel

ma mais violento. Curiosamente, os entrevistados de todas as faixas etárias admitem que há mais violência na televisão do que no bairro em que vivem.

No Brasil, os estudos sobre as implicações dessa presença massiva das mídias no crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes ainda são escassos e descontínuos. Alguns poucos profissionais da área da saúde e da educação têm abordado a questão, sobretudo relacionada à formação psicossocial desse grupo. Diversos autores questionam os modelos que a sociedade brasileira, em crise de valores éticos, sociais, morais e de qualidade nas inter-relações, tem oferecido aos jovens – que muitas vezes não têm sequer na família modelos positivos para se espelhar. Essas mudanças também estão relacionadas à velocidade e à massificação de informações pelos meios de comunicação. Na visão de alguns psicanalistas,¹ tais processos levam a reações defensivas, de indiferença e de esgotamento afetivo dos indivíduos, dificultando especificamente o processo de identificação da criança pela complexidade e contradição dos valores apresentados.

Mais recentemente, instituições acadêmicas, organismos internacionais e organizações não-governamentais vêm investigando não só os comportamentos individuais dos jovens como também os processos sociais em que esse grupo está en-

¹ Como Fernanda Colonnese no artigo “As interferências da mídia no processo de identificação do adolescente”, de 1998.

volvido. As sociólogas Felícia Madeira e Eliana Rodrigues, no artigo “Recado dos jovens,”² de 1998, enfatizam que a história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão dos valores dos jovens, pois apesar das diferenças existentes entre eles e independentemente de condição socioeconômica, esse grupo etário apresenta e cultiva identidade própria. É a partir dessa perspectiva que alguns estudos têm buscado conhecer melhor os aspectos da sociabilidade dos jovens, inclusive em relação à mídia.

Mas o fato é que ainda não há um consenso dos especialistas em relação ao impacto dos meios de comunicação. As controvérsias sobre a influência do conteúdo violento da mídia são discutidas por vários investigadores em todas as partes do mundo, que nem sempre chegam a um denominador comum (*veja texto na página 74*). Entretanto, os estudos brasileiros de diversas metodologias sobre o efeito dos meios de comunicação na vida de crianças e adolescentes têm o mérito de lançar algumas luzes sobre a questão e fazer avançar o conhecimento sobre esses importantes meios no contexto específico do país. As percepções e as crenças de crianças e jovens que participam das pesquisas também vêm contribuindo para uma melhor compreensão sobre sua inter-relação com as mídias e retroalimentando as produções midiáticas.

Função social

Além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais. Ao determinarem quais temas terão destaque nas discussões na esfera da sociedade, tornam-se o fiel da balança com poder, por exemplo, para fazer prevalecer políticas públicas de segurança com perfil repressivo ou preventivo. Portanto, muito mais que fomentador do comportamento violento de um cidadão, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma definitivamente seu papel à frente dessas questões.

Existem pequenos avanços em relação a esse papel. O monitoramento constante e as diversas análises dos tratamentos editoriais dedicados à violência motivaram melhorias importantes. Apesar de as mídias comerciais, que monopolizam a comunicação no país, geralmente cobrirem o tema violência de forma sensacionalista, há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções, ampliando e subsidiando o debate. Da mesma forma, apesar da disseminação de violência gratuita em diversos programas de entretenimento, pode-se verificar que a questão vem sendo mostrada de forma contextualizada em algumas atrações, como novelas, séries, ou programas para adolescentes.

É importante ressaltar que os analistas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) alertam para o fato de que, ao investigar a relação entre meios de comunicação, violência, infância e adolescência, é importante diferenciar os tratamentos dados ao tema no contexto das diferentes linguagens midiáticas, especialmente o jornalismo e os progra-

² Madeira, F.R. & Rodrigues, E.M. “Recado dos jovens: Mais Qualificação”. In: *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas* (E. Berquó, org.), Brasília: CNPq, 1998.

mas de entretenimento. Os desafios para qualificar os conteúdos veiculados são distintos em cada um deles, assim como não são idênticos os impactos desses dois grupos nos jovens, pois o tempo dedicado a cada um é bastante diferenciado.

A cobertura jornalística e a violência

No caso das coberturas jornalísticas relacionadas à violência, uma coisa é certa: seja o veículo impresso ou eletrônico, em geral há uma carência de melhor qualificação dos repórteres envolvidos – um problema bastante relacionado à falta de espaço para reflexão nas Faculdades de Comunicação. Ao exercer a profissão, o jornalista reproduz a velha prática de tratar o fenômeno a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto. O quadro tende a ser mais problemático nas redações que mantêm a figura do repórter policial ou nas chamadas editoriais de polícia. Normalmente, esses profissionais dependem muito de fontes policiais, já que consideram central para seu trabalho os furos de reportagem.

Mídia e construção da identidade social

Não há um consenso em relação ao impacto da mídia sobre as crianças e os adolescentes. Entretanto, é necessário avaliar as metodologias, os resultados e as contribuições das pesquisas pioneiras e, dentro do contexto específico de cada país ou região, observar os fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e familiares do grupo receptor estudado. Tais pesquisas são influenciadas por três correntes teóricas principais, focadas na investigação dos efeitos dos conteúdos midiáticos no desenvolvimento e na formação das novas gerações.

A primeira é a norte-americana, que costuma se pautar por uma perspectiva de cunho behaviorista. Muitos estudos buscam salientar que o tempo despendido diante da televisão em geral e na recepção de cenas de violência, em particular, é associado ao desenvolvimento de comportamentos agressivos por parte de crianças, adolescentes e jovens, em especial os da Academia Americana de Pediatria. Outro exemplo são as pesquisas longitudinais com duração de 30 anos realizadas pela Universidade de Michigan, que indicam que parece haver uma relação entre o consumo continuado de programação violenta ao longo da infância e o comportamento violento na fase adulta. Algumas investigações norte-americanas, entretanto, rela-

tizam essa relação. Estudos de psicologia social apontam que, quando os receptores assistem a programas nos quais o praticante do ato violento é punido, não adotam um comportamento violento. Isso já não acontece quando são expostos a cenas nas quais os praticantes de atos violentos ficam impunes.

As pesquisas construídas a partir da corrente europeia adotam uma leitura mais sociocultural da audiência. Um bom exemplo é um estudo da London School, citado no livro *Remoto Controle*, da ANDI. Entre outras questões, ele buscou compreender a influência da mídia com mudanças ocorridas no âmbito da vida familiar. Sob um contexto social mais amplo, o estudo reforçou que crianças e adolescentes não substituem as relações afetivas pela televisão. A pesquisa também revela que os adolescentes estão assumindo uma postura distanciada e reflexiva diante do meio, exigindo uma melhora na qualidade da programação.

Outro estudo* aponta que a maioria das pesquisas longitudinais a respeito do impacto da violência afirma que as crianças reagem mais agressivamente após assistirem conteúdo violento. Porém, as poucas que tiveram o cuidado de levar em consideração o ambiente sociocultural das crianças pesquisadas mostraram, por exemplo, que aquelas que vinham de am-

Essa prática é constatada na pesquisa *Balas Perdidas – Um Olhar sobre o Comportamento da Imprensa Brasileira Quando a Criança e o Adolescente Estão na Pauta da Violência*, publicada pela ANDI, Ministério da Justiça e Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR) em 2001. O estudo mostrou que 80% das matérias pesquisadas focalizaram o ato criminoso sem maiores aprofundamentos, em um estilo de texto muito semelhante ao do boletim de ocorrência – o que indica terem sido escritas com base em fontes policiais. A demanda pelos boletins, por sinal, tem levado algumas delegacias a formulá-los de maneira a atender mais claramente às necessidades do jornalista. A pesquisa também apresenta um ranking quantitativo da cobertura dedicada por 45 grandes jornais brasileiros, entre 2000 e 2001, ao tema violência envolvendo crianças e adolescentes. Curiosamente, observou-se que entre os veículos que melhor abordaram o assunto, havia a tendência de desmontar as editorias de polícia, passando as matérias para os cadernos de cotidiano ou cidades.

bientes domésticos violentos freqüentemente reagem ao conteúdo de forma mais agressiva e tal reação não pode ser atribuída nem aos meios e nem à família.

A terceira corrente de pensamento, a latino-americana, avança ainda mais na abordagem sociológica. Além de analisar o ambiente sociocultural, ela agrega uma leitura política da influência dos meios sobre a população e destaca a capacidade dos indivíduos para desenvolver mediações próprias dos conteúdos a que estão expostos, a partir do contexto em que vivem. Destacam-se, por exemplo, análises que ressaltam o importante papel representado pelas telenovelas nos processos de socialização da população feminina na maioria dos países. Sem abrir mão de uma postura crítica, os especialistas ligados a essa corrente encontram evidências do impacto positivo da mídia.

Um exemplo é o estudo *The Meanings of Television for Underprivileged Children in Argentina*,** desenvolvido pela pesquisadora Roxana Morduchowicz, com crianças e adolescentes de famílias de baixa renda da periferia de Buenos Aires. Ao contrário do que ocorre no contexto da classe média, em que a televisão costuma ser uma barreira para a convivência interpessoal, nos lares estudados, com poucos cômodos, a programação televisiva

leva ao diálogo, à comunicação e ao convívio. Para essas crianças e adolescentes, a TV se torna uma organizadora da rotina familiar e uma fonte de aprendizado tanto social quanto cognitivo.

É importante ressaltar que a maioria dos estudos de recepção sobre violência, independentemente da corrente que sigam, são realizados de forma imediatista. Há limitações nesse tipo de abordagem, já que a resposta agressiva após presenciar cenas violentas não é indicação de que o indivíduo se comportará violentamente no futuro. Os estudos longitudinais, que trabalham ao longo de anos com o mesmo grupo, parecem ser mais apropriados quando se quer comprovar a potencial relação entre o conteúdo violento dos meios de comunicação e as atitudes de quem os assiste. Além da consideração dos aspectos sociais que podem influenciar as reações.

* Kevin Browne e Catherine Hamilton-Giachritsis, "The influence of violent media on children and adolescents: a public-health approach", publicado na revista *The Lancet*, em 2005.

** Em *Children, Young People and Media Globalization*, UNESCO, 2002.

Os esforços de qualificação dirigidos especificamente à cobertura do tema violência, implementados mais particularmente pela ANDI e seus parceiros, já apresenta avanços. Em pesquisa similar,³ elaborada a partir da cobertura de notícias veiculadas em 2002, a média geral alcançada pelos jornais pesquisados passou de 30 para 39,73 pontos, numa escala de 0 a 100.

Realidade ou ficção?

A situação mais crítica se encontra nos programas e veículos pautados por uma linha sensacionalista. Esse grupo continua indiferente às iniciativas de qualificação do exercício jornalístico e mantém conscientemente uma postura editorial que não contribui para o combate à violência. Os programas do gênero policial, produzidos por diversas redes de televisão brasileiras, têm alcance nacional e são imitados por emissoras regionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas (IBOPE), de 2003, mencionados no estudo *Remoto Controle – Linguagem, Conteúdo e Participação nos Programas de Televisão para Adolescentes*,⁴ crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos representam mais de um quarto do público desse gênero de programa jornalístico.

A espetacularização e a banalização da violência caracterizam tais produções. Na guerra pela audiência, utiliza-se, cada vez mais, o recurso de misturar realidade e ficção. Um exemplo emblemático dessa distorção aconteceu em setembro de 2003. Na busca pelo primeiro lugar de audiência, um programa dominical de uma grande rede nacional veiculou uma entrevista com pretensos membros de uma facção criminosa da cidade de São Paulo, que ameaçavam publicamente diversas personalidades. A farsa foi desmentida pelos próprios advogados do grupo criminoso. Contudo, a emissora responsável pelo programa terminou recebendo uma multa irrisória, equivalente a apenas sete salários mínimos vigentes no país em 2004.

A desigualdade social e racial no jornalismo impresso e televisivo

Os estudos realizados pela ANDI e seus parceiros apontaram que a mídia geralmente não identifica as características sociais, étnicas e religiosas de agressores e vítimas de atos violentos. Na pesquisa *Balas Perdidas*, foi constatado que as classes sociais de vítimas e agressores não são mencionadas, respectivamente, em 65% e 79% dos textos pesquisados. Resultados semelhantes são registrados na pesquisa *O Grito dos Inocentes – Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, publicada em 2003, na qual 70% das matérias não indicam a classe social da vítima, enquanto 53% não mencionam a classe social do agressor. Religião, raça/cor e etnia são mencionados, tanto para vítimas quanto para agressores, em menos de 3% dos textos.

Estudo desenvolvido pelo projeto Children in Organized Armed Violence (COAV) em sete jornais do Rio de Janeiro e São Paulo registra a cobertura das mortes de 147 jovens de 15 a 24 anos no estado do Rio, entre agosto e outubro de 2004. Desse total, 27 eram adolescentes e nada menos de 60 morreram durante operação policial. Outro dado

³ *Relatório Infância na Mídia*, realizado pela ANDI, Instituto Ayrton Senna e UNICEF, em 2003.

⁴ Realizado pela ANDI, UNICEF e Petrobras em 2004.

inquietante é que muitos casos ocorreram nos subúrbios e áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro e apenas oito foram registrados na zona sul. A pesquisa reforça a idéia de tratamento diferenciado dado pela mídia a jovens em conflito com a lei da classe média e da periferia. Segundo o relatório da organização, esses últimos tendem a ser retratados nas páginas de jornais com maior distanciamento e desprezo que os favorecidos economicamente. A situação piora quando a infração envolve a polícia. Nesses casos, é a versão policial que predomina.

Pesquisas que ouviram as opiniões dos adolescentes sobre a relação com a mídia vêm verificando que esse grupo tem uma visão bastante crítica. Eles percebem bem os mecanismos mais evidentes e subliminares de interferência dos meios de comunicação na vida social. Isso pode ser explicado pelo aumento do monitoramento que a própria sociedade vem exercendo, paralelamente à ampliação do papel político desses meios

Estudos apontam que a mídia geralmente não identifica as características sociais, étnicas e religiosas de agressores e vítimas de atos violentos

em favor de causas sociais que visam à justiça e à paz.⁵ De fato os adolescentes e jovens, além de identificar a forma hegemônica como a mídia representa a juventude, reprovam o padrão propagado, principalmente no que se refere ao comportamento, moda e beleza. Eles percebem a disseminação de estereótipos sociais e raciais.

Um grupo de 33 adolescentes do município de São Gonçalo (RJ), ouvidos em estudo qualitativo realizado em 2003,⁶ afirmou que, quando a mídia noticia crimes cometidos por jovens suspeitos de envolvimento com drogas, o tratamento também é diferenciado de acordo com a classe social. Os mais ricos são tratados com um tipo de discurso que procura explicar o crime pelo aspecto psicológico. Já para os jovens pobres a explicação mais comum é a cobiça pelo dinheiro e bens materiais.

Na pesquisa *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 1999 pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde

⁵Três estudos mencionam essa percepção crítica: *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*, de Miriam Abramovay e outros, de 1999; *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*, de Maria Cecília Minayo e outros, de 1999; e *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*, de Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, de 2003.

⁶A pesquisa integra a tese de doutorado *Violência na Mídia e seu Impacto na Vida dos Adolescentes – Reflexões e Propostas de Prevenção sob a Ótica de Saúde Pública*, de Kathie Njaine, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, defendida em 2004.

Jorge Careli (CLAVES) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) grande parcela dos 1.220 jovens de diversas classes sociais e raças entrevistados atribuem a brutalidade da polícia contra jovens da periferia e/ou negros à propagação de imagens estereotipadas que os meios de comunicação criam. Seja na mídia escrita ou falada, acabam sempre focalizados em primeiro plano os jovens negros e aqueles que, pela simples aparência, modo de se vestir e de se expressar, são imediatamente enquadrados como suspeitos ou marginais. Outra consequência dessa representação reflete-se na reação desconfiada e amedrontada da sociedade contra os grupos populares. Apesar da opinião negativa sobre a mídia, ela aparece como a terceira instituição em que esses jovens mais confiam, ganhando até da escola. Os entrevistados criticaram sobretudo o modo equivocado como alguns fatos violentos são apresentados, contribuindo para ligar os moradores das periferias e favelas ao mundo do crime.

Resultados semelhantes surgiram na pesquisa *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças – Juventude, Violência e Cidadania*,⁷ realizada em 1999 pela UNESCO com 900 jovens da capital paranaense. Tanto para os jovens cariocas quanto para os curitibanos, moradores da periferia só aparecem na televisão quando o assunto é criminalidade.

Agressões na escola e no noticiário

A violência muitas vezes é interpretada pelo adolescente como uma forma de comunicação no âmbito da escola, da família, do convívio com os pares e na inter-relação com a televisão. Essas interações dinamizam os sentidos sobre o fenômeno da violência que são incorporados segundo o contexto de cada cultura local, comunidade, família, escola, faixa etária e relações de gênero. A conclusão é do estudo *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*,⁸ das pesquisadoras Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo, que avaliou um programa piloto de educação para valores em escolas públicas e particulares de três municípios brasileiros – Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP) em 2000 e 2002. Em 2000, foram entrevistados 297 estudantes das 7^a série do ensino fundamental e do 1^o ano do ensino médio e 60 professores. No seguimento, em 2002, foram entrevistados 204 alunos das 8^{as} séries do ensino fundamental e do 2^o ano do ensino médio e 65 educadores.

As situações de violência constatadas nas escolas envolveram agressões verbais por parte de professores, funcionários, entre os próprios alunos e desses contra os educadores. Constata-se a existência de vários tipos de violência intrafamiliar e outras situações de risco graves, como o tráfico de drogas, porte de armas de fogo e armas brancas. Nessa dinâmica, há uma interação constante com a mídia sobre os instrumentos e as formas de violência no cotidiano.

Um dos mecanismos de interação constatados ocorre quando existe uma onda de notícias sobre violência nas escolas norte-americanas, mostrando jovens atirando contra colegas e professores e exibindo armas potentes como sinônimos de poder. Muitos adolescentes ou-

⁷ Sallas, A.F. et al. *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças – Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: UNESCO, 1999.

⁸ Njaine, K. & Minayo, M.C.S. *Violência na Escola: Identificando Pistas para a Prevenção*. Revista Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.7, 13: 119-134, 2003.

vidos na pesquisa em 2000 afirmaram que os casos de violência com armas de fogo nas escolas eram copiados dos casos ocorridos nos Estados Unidos. De fato, em 1999, ano que antecedeu a primeira parte do estudo, a mídia divulgou um número significativo de ocorrências envolvendo jovens nas escolas norte-americanas. Entretanto, em 2002, foram poucos os depoimentos sobre o porte e o uso de armas de fogo por influência das notícias. Duas hipóteses podem ser aventadas: ou foi menor o noticiário sobre esses eventos ocorridos nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se iniciou o debate sobre o desarmamento no Brasil, ou, como resultado dessa política, ampliou-se o debate nas escolas sobre a questão da violência. Muitos educadores entrevistados nessa pesquisa acreditam que a mídia é a principal responsável pela violência na escola, isentando inclusive o papel da educação.

Mídia e infração juvenil

Muitos autores brasileiros denunciam o tratamento descontextualizado e fragmentado que a mídia tem dado na abordagem da violência praticada por crianças e adolescentes. A pesquisa *Análise do Discurso da Imprensa sobre Rebeliões de Jovens Infratores em Regime de Privação de Liberdade*,⁹ de Kathie Njaine e Maria Cecília Minayo investigou a construção discursiva de 38 notícias sobre fugas e rebeliões de adolescentes em conflito com a lei, publicadas na imprensa escrita do Rio de Janeiro entre 1997 e 1998. A análise indicou que dois periódicos, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, mantêm um padrão que atende aos segmentos médios e altos da população, tratando o tema da infração juvenil com foco maior na repressão e na punição. O jornal *O Dia*, por sua vez, apresentou um tratamento mais diferenciado, abordando a questão dentro do contexto de outras violências que vitimizam os adolescentes.

O estudo chega a algumas conclusões comuns a outras pesquisas. Uma delas, a de que o espaço dedicado às notícias sobre os delitos cometidos pelos jovens é significativamente menor do que aquele dedicado à magnitude da violência cometida contra crianças e adolescentes. Verifica, ainda, que há pouca informação sobre o ECA no que se refere à infração juvenil e a medidas de prevenção, e que os crimes cometidos por adolescentes dos estratos sociais mais altos são sub-representados. Entretanto, as notícias que procuraram dar uma cobertura aprofundada sobre esses eventos foram fundamentais para o esclarecimento do contexto da infração e podem contribuir para uma mudança da percepção social sobre esses jovens, classificados de forma geral como bandidos irre recuperáveis, e não como pessoas em pleno processo de desenvolvimento psicossocial.

A ênfase na alta periculosidade do adolescente em conflito com a lei decorre principalmente da discrepância entre o destaque dado pela imprensa aos atos infracionais praticados contra a vida e as estatísticas reais sobre a violência. Segundo a pesquisa *Balas Perdidas*, realizada pela ANDI e parceiros em 2001, existe uma super-representação dos casos de crimes violentos contra a pessoa (37% do total de textos) e uma sub-representação de crimes não-violentos contra o patrimônio (12,4%). Cerca de 30% das reportagens se referem a casos de homicídio, enquanto os roubos são retratados em 10% dos textos e os furtos em 2%.

Um estudo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas

⁹Njaine, K. & Minayo, M.C.S. *Análise do Discurso da Imprensa sobre Rebeliões de Jovens Infratores em Regime de Privação de Liberdade*. Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 (2). 285-291, 2002.

para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, de 2002¹⁰ constatou que cerca de 45% das infrações cometidas por adolescentes encaminhados à FEBEM paulista ocorreram sem ameaça de violência à pessoa. Já os crimes contra a vida representavam 10,4% das acusações, sendo 6,9% de lesão corporal, 2,1% de ameaça e 1,4% de homicídios.

A cobertura da violência sexual

Em comparação com o tratamento jornalístico dedicado à violência em geral, o abuso e a exploração sexual têm recebido uma abordagem um pouco mais qualificada, com investigações mais profundas e maior diversidade de fontes. No entanto, quando analisada de forma mais detalhada, acaba revelando-se uma cobertura ainda incompleta em seu papel social. De acordo com o estudo *O Grito dos Inocentes – Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, que analisou 718 matérias

Não cabe atribuir à imprensa e à televisão a responsabilidade de conter a violência e suas manifestações. Entretanto, isso não isenta os meios de cumprir sua função pública

publicadas no período de 2000 a 2001 em 49 jornais brasileiros, 67,5% delas enfatizam basicamente o crime, sem contextualizar causa ou citar formas de reduzir a incidência desses casos. Já entre os textos que mostram preocupação do autor em investigar as causas, que representam 18,2% da amostra, somente 10,5% privilegiam a abordagem do assunto como fenômeno social e psicológico, não relacionado à ocorrência de atos violentos específicos. Ainda de acordo com o estudo, apenas 9,7% do universo de matérias analisadas mencionam políticas públicas, dentre as quais destacam-se as de combate ao problema. Dessas, 5,3% apontam a ausência dessas iniciativas como a causa dos crimes sociais. O governo é cobrado somente em 8,5%. Do universo pesquisado, 14,8% dos textos enfocam as conseqüências do delito. Dentro desse grupo, a gravidez é apontada como principal efeito, seguido por problemas físicos e, depois, os psicológicos.

Uma realidade prejudicial dentro das redações é o fato de os crimes sexuais contra a infância e adolescência serem automaticamente ligados à pobreza. Entre as explicações para o fenômeno, está o fato de a maioria dos casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes estar ligada à exploração sexual comercial, modalidade que atinge principalmente meninos e meninas de famílias de baixa renda. O abuso sexual – muitas vezes cometido dentro de casa – ocorre nas mais diversas classes, mas

¹⁰Publicado na Revista n.22 - Defesa Técnica de Adolescentes Acusados da Autoria de Atos Infracionais em São Paulo.

a imprensa não costuma veicular casos e dados referentes às classes média e alta, inclusive porque tais situações costumam ser ocultadas pelas famílias, que preferem buscar assistência de especialistas, como médicos e psicólogos, em clínicas particulares.

Violência doméstica

Análises do conteúdo da mídia impressa de São Paulo mostram que o tratamento dado pelos jornais analisados à questão da violência física na família não contribuiu para o questionamento do problema, como mostrou Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, no estudo *Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa*,¹¹ de 1995. A pesquisa verificou 2.992 notícias de cinco jornais do estado de São Paulo e concluiu que eles dedicavam pouco espaço aos eventos de vitimização, salvo em casos altamente cruéis, onde prevalecia a criminalização do agressor à proteção à vítima.

Outras questões importantes foram indicadas. Uma delas é a falta de estímulo a qualquer cidadão para denunciar os casos de violência, o que reforça o silêncio que cerca esses eventos e protege a família agressora. Da mesma forma, a condenação particular de um pai ou uma mãe termina contribuindo para retirar a responsabilidade dos governos no atendimento dessa forma de violência e fortalecendo um discurso moralista inadequado.

Diante da representação desse tipo de violência nas páginas dos jornais, percebe-se que os meios de comunicação não estão cumprindo com a sua função de controle e fomentação de políticas públicas. Falta ainda um conhecimento maior das mídias em relação a essa temática, de modo que possam apoiar, de forma mais efetiva e sistemática, ações que auxiliem na compreensão histórico-cultural dessas práticas, no atendimento familiar e na proteção às vítimas.

O potencial de contribuição dos meios de comunicação para a temática da violência doméstica pode ser ilustrado pela campanha O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças, implementada em 2003 pela Rede Brasil Sul (RBS) em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Desenvolvida com o objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e o combate à violência doméstica contra esses públicos, a iniciativa mobilizou os seis jornais, 24 estações de rádio e 17 emissoras de televisão da empresa. Além da veiculação de peças publicitárias, a RBS investiu também na qualificação de seus jornalistas para a cobertura dessas temáticas. Essas ações resultaram, por exemplo, no aumento do número de Conselhos Tutelares no Rio Grande do Sul – pelo menos 11 conselhos cuja criação estava emperrada por questões burocráticas saíram do papel por pressão da sociedade. Resultaram, também, em considerável elevação do volume de denúncias de casos de violência contra crianças e adolescentes. Na cidade de Blumenau (SC), elas aumentaram 40% em relação ao ano anterior.

O jornalismo e as drogas

A psicóloga Mônica Gorgulho, na dissertação de mestrado *Estudo da Influência da Mídia na Representação Social do Usuário de Drogas Ilícitas para a Construção de uma Polí-*

¹¹ Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência Física Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa: Do Silêncio à Comunicação*. Tese de doutorado. Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

tica Oficial Brasileira, de 2001, enfocou aspectos do conteúdo de 3.792 notícias veiculadas na imprensa durante o ano 2000, relacionadas ao uso de drogas e à questão da saúde. Verificou que 25,82% delas tratavam do tema da repressão, 12,68% abordavam os riscos e os danos pelo uso de drogas e 11,13% tratavam da apreensão de entorpecentes pela polícia. Somente 7% tratavam de temas relacionados à saúde. Da mesma forma, a prevenção foi abordada em somente 4,36% das matérias.

Os resultados da pesquisa, realizada no âmbito do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID-UNIFESP/EPM), apontaram que o álcool e o tabaco raramente são tratados pela mídia como drogas socialmente difundidas. Constatou, ainda, que é recorrente uma visão moralista e criminalizadora, associando o uso de drogas à violência. A autora afirma que a atuação da mídia contribui para a marginalização e o afastamento do usuário de todos os serviços de saúde, dificultando o trabalho de muitos profissionais que atuam nessa área e buscam uma relação de respeito com cada indivíduo. Destaca, também, que a discriminação do usuário de droga passa pela focalização da mídia nos indivíduos negros e pobres, ocultando o nível de envolvimento da classe média branca.

A pesquisa *Mídia e Drogas – O Perfil do Uso e do Usuário na Imprensa Brasileira*, publicada em 2005, reitera que a mídia apresenta uma visão moralista e criminalizadora das drogas. Também é estigmatizadora do usuário, em especial do jovem. O estudo, realizado pela ANDI e pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde mostra que, quase sempre, ao tratar do tema, a imprensa brasileira toma como ponto de partida uma relação estreita com a violência urbana, assunto mais abordado no universo de textos pesquisados.¹² Essa associação geralmente retrata o usuário como um violador de direitos alheios e raramente menciona o fato de que ele também tem os seus direitos violados. Em metade das matérias é visto como um agressor. A visão do usuário como sujeito de direitos só é explicitada em 4,2% dos textos analisados.

A associação do uso de substâncias psicoativas à violência pode ser constatada inclusive quando a imprensa focaliza uma questão específica relacionada à saúde do usuário. O ator social que mais tem voz nas matérias que abordam a prevenção ao uso indevido de drogas é a polícia, representando 27,5% do total de fontes de informação que exprimem a sua opinião sobre o assunto. De forma surpreendente, as autoridades de saúde aparecem em apenas 0,8% desses textos.

As políticas de redução de danos aparecem como foco principal em apenas 1% do universo computado pela pesquisa. E apesar de essas políticas serem voltadas para a saúde do usuário, inclusive adotadas pelo Ministério da Saúde desde 1996, a visão policial também se sobrepõe à da saúde na cobertura.

O cenário violento do uso de drogas apresentado pela mídia cotidianamente gera medo e ansiedade, impedindo que a população em geral e, especificamente, os adolescentes, desenvolvam uma compreensão contextualizada e cientificamente consistente do tema drogas, o que contribuiria para uma visão menos estigmatizada do usuário. Esse tipo de cobertura, como seria de esperar, em geral focaliza demandas por ações mais repressivas.

¹²Foram analisados 652 textos com foco no uso de drogas, publicados em 54 jornais brasileiros e em 22 suplementos e quatro revistas voltadas ao público juvenil. O período de análise correspondeu a janeiro a dezembro de 2003. Não foram contempladas reportagens cujo assunto central era o tráfico.

Vale lembrar que grande parte das políticas desenvolvidas no Brasil para lidar com a questão das drogas geralmente apresenta um enfoque repressivo ou não é voltada para a saúde física e mental dos usuários, o que retroalimenta a imprensa. Tanto que 33,4% dos textos que mencionam políticas públicas governamentais estão diretamente ligados a políticas repressivas. Já as ações de saúde respondem por menos de 10% e outras políticas, como lazer, cultura e esporte, aparecem em menos de 2% dos textos.

Os programas de entretenimento

Além das notícias sobre violência, a programação televisiva que busca apenas divertir o público – sejam novelas, minisséries, programas de auditório ou comerciais – é um ponto crucial de compreensão da relação da mídia com a infância e adolescência. Aspectos como modo de ser, moda, padrões estéticos, morais e sociais, questões de gênero, entre outros – que podem ser constantes ou efêmeros e condizentes com a realidade ou não –, são apresentados de forma indistinta às mais diversas faixas etárias de audiência e estruturam o comportamento de todos.

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) realizada em 2002, com 5.280 adolescentes em todo o país, revelou que 52% dos jovens brasileiros têm na TV sua maior diversão e, dentro dela, os programas de entretenimento são os mais assistidos. Entre os programas preferidos, destacam-se as novelas e as minisséries (21%). Em segundo lugar, vêm os filmes. O estudo destaca, entretanto, a dificuldade e a falta de opção da maioria dos adolescentes em relação ao lazer. Ele restringe-se à escola, à rua ou às atividades pagas inacessíveis à maioria, como ir a cinemas, boates ou usar internet.

Durante as horas que passam na frente da televisão, as crianças e os adolescentes ficam vulneráveis a seu conteúdo. De acordo com pesquisa realizada na Suécia, publicada em 2004 no site do Instituto de Estudos da Televisão, com apenas 8 anos de idade, uma criança já foi exposta a 40 mil cenas de violência.

Uma investigação da UNESCO realizada em 23 países, inclusive no Brasil, envolvendo 5 mil crianças de 12 anos, procurou entender como esse grupo etário percebe a violência na tela. O *Estudo Global*, de 1999, enfatizou o que outras pesquisas internacionais e nacionais já haviam apontado: a violência na tela exerce forte atração sobre as crianças e elas tendem a reproduzir o comportamento de seus heróis na vida real.

Representação nas telenovelas

Nem sempre voltadas para a faixa etária de 0 a 18 anos, as telenovelas se configuram como o programa preferido de crianças e adolescentes brasileiros, como mostra a pesquisa do UNICEF. Vale, então, um olhar um pouco mais aprofundado sobre esse tipo de programação. É importante ressaltar que embora haja vários estudos sobre a novela em si – é o principal produto da televisão brasileira –, são raros aqueles que fazem a conexão com violência, infância e adolescência.

Um deles é *Conhecer para Intervir: Infância, Violência e Meios*,¹³ coordenado no Brasil pela professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Nilda Jacks. O estudo procu-

¹³ Publicado no site www.multirio.rj.gov.br/riomidia/imgs/relatorio.pdf.

rou analisar como a infância é representada em meios de comunicação na América do Sul. No país, foram analisadas três telenovelas da Rede Globo de Televisão, líder de audiência.

Segundo a autora, na ficção, os padrões de representação da infância e adolescência estão distantes da realidade. A violência urbana, por exemplo, é desconsiderada dentro do contexto de personagens da faixa etária. As diferenças sociais, os problemas relativos ao acesso à educação e à saúde pública e as diferenças raciais são tratadas superficialmente e apresentadas de forma irreal – não há distinção de linguagem, de roupas e até mesmo de modo de vida entre uma criança pobre e uma rica.

O estudo mostra também que as questões de violência se apresentam na trama como o elemento complicador, que vai gerar o conflito entre gerações. Geralmente, os agressores – físicos ou psicológicos – são pais ou amigos das personagens. E a relação de causa e consequência da violência não é explicitada, ficando de forma subentendida na trama, fato que, segundo o estudo, impede um tratamento adequado sobre as questões da violência e negligência contra crianças e adolescentes.

Programação infantil em xeque

Os programas de entretenimento voltados especificamente para esse grupo etário também são ainda muito pouco estudados pelas Ciências Sociais e pelas Ciências da Saúde no país.

Em 1998, a ONU fez um levantamento sobre os desenhos animados transmitidos pela televisão brasileira com o objetivo de medir a quantidade de violência passada para as crianças. O resultado mostra que, a cada hora, 20 cenas de violência explícita são exibidas. Se elas assistirem a essa programação por duas horas diárias, ao final do mês terão sido expostas a 1.200 cenas. A maior parte (57%) se refere a lesões corporais. Em segundo lugar, aparecem as mortes (30% do total).

Em relação ao impacto do conteúdo voltado para crianças, antes mesmo do levantamento da ONU, alguns estudos brasileiros procuraram relacionar a programação dirigida ao público infantil e os heróis das crianças com o comportamento agressivo delas.

A pesquisadora Maria José Beraldi Andersen, no estudo *Televisão e Desenho Animado: O Telespectador Pré-Escolar*, de 1978, avaliou a influência sobre crianças em idade pré-escolar do desenho Pica-Pau, criado pelo norte-americano Walter Lantz na década de 1940. Em 1985, a psicóloga Elza Pacheco voltou a abordar a mesma animação no livro *Pica-Pau: Herói ou Vilão? – Representação Social e Reprodução da Ideologia Dominante*, fruto de pesquisas com crianças de 7 e 8 anos. Ela observou que o personagem faz de tudo para alcançar seus objetivos, ainda que precise recorrer à agressão. A revisão desses estudos realizada por Andersen, em 1986, concluiu que um dos aspectos negativos desse desenho animado eram as cenas de perseguição e agressão física. Entretanto, a dissertação de mestrado *O Mito na Sala de Jantar*,¹⁴ de Rosa Maria Fischer, na área da educação mostrou que a popularidade do Pica-Pau estava justamente em seu jeito esperto e engraçado de viver e chegar aos objetivos.

A banalização da violência e o uso do poder também foram observados pela psicóloga Roselene Gurski Kasprzak no estudo *Desenhos Animados em Tempo de Violência*,

¹⁴Fischer, Rosa Maria. *O Mito na Sala de Jantar*. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

de 1997, relacionado aos episódios de Cavaleiros do Zodíaco, famoso seriado de animação criado no final dos anos 1980. Preocupada com a construção de valores morais e sociais em crianças pré-escolares, a pesquisa observou que algumas brincadeiras infantis se espelhavam nos personagens dos desenhos e incorporavam atitudes agressivas.

Ao tratar das investigações da relação televisão-criança, é importante citar também a atuação do Laboratório de Pesquisas sobre Infância, Imaginário e Comunicação (LAPIC) da USP, criado em 1994 sob impulso da citada análise de Pacheco sobre o desenho Pica-Pau e integrado por estudiosos com habilidades multidisciplinares. Na segunda pesquisa do LAPIC, *O Desenho Animado na TV: Mitos, Símbolos e Metáforas*, é traçado um panorama dos efeitos da ideologia dos desenhos no imaginário infantil. Ela demonstra que a criança interage com a TV e elabora suas representações de acordo com seu próprio universo sociocultural.

O Estudo Global da UNESCO, de 1999, enfatizou o que outras pesquisas internacionais e nacionais já haviam apontado: a violência na tela exerce forte atração sobre as crianças

Bons programas para adolescentes

Do ponto de vista do conteúdo da programação dirigida especificamente para os adolescentes, a pesquisa *Remoto Controle – Linguagem, Conteúdo e Participação nos Programas de Televisão para Adolescentes*, feita pela ANDI em parceria com o UNICEF, a Petrobras e a Cortez Editora, publicada em 2004, revelou que as cenas de violência gratuita estão longe de ocupar espaço destacado na maioria dos dez programas para adolescentes veiculados pela TV brasileira analisados ao longo de três meses de 2003.

Questões relacionadas à violência, de forma geral, apareceram em 21% dessas edições, com conteúdos como guerra (13,3%), violência urbana (6,7%) e sexual (3,3%). A grande surpresa está na forma como o tema foi apresentado. Os dados revelam que 50% dos programas que enfocaram a violência (seja discutindo, mencionando, seja mostrando cenas violentas) contextualizam a questão. Esse índice é muito superior ao tratamento oferecido pela mídia em geral, que costuma centrar seu foco nos atos violentos, sem ampliar o debate.

Quando são analisados os temas centrais, ou seja, aqueles que ocupam maior tempo de veiculação em uma determinada edição ou capítulo dos programas, o item crime/violência ocupa a sétima posição, com 2,7% de um universo de 24 temas. Antes, estão assuntos como relacionamento afetivo, escola, cultura, entretenimento e política. Na análise dos temas secundários, crime/violência sobe para a quarta posição, com 10,1% (em um universo de 30 temas). Outras pesquisas mostram que violência não é um dos as-

suntos preferidos dos jovens na hora de ver TV. Segundo o estudo *Juventude, Cultura e Cidadania*, publicado pela Fundação Perseu Abramo em 2000, são lembradas antes questões como emprego, educação, cultura, lazer, família e esportes.

A percepção dos jovens

Uma abordagem qualitativa por meio de grupos focais com 306 jovens do Rio de Janeiro, em 1998, mostrou que informações importantes à saúde do grupo, como sexualidade e drogas, quando aparecem em programas de ficção, são insuficientes e pouco efetivas nos seus objetivos, de acordo com a já citada pesquisa *Fala, Galera*. O grupo de 33 jovens do município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, também entrevistado por meio de grupos focais na tese de doutorado de Kathie Njaine, criticou a abordagem de alguns problemas, principalmente a questão da gravidez na adolescência e das drogas.

Esses jovens apontam o modo distorcido como a mídia de entretenimento em geral aborda as diferenças entre aqueles de estratos mais elevados e os de populares. Mas vêem positivamente a abordagem de temas recentes, como a violência contra o idoso, inserido em novelas, pois isso contribuiu muito para que percebessem o problema nos próprios lares e dialogassem com a família sobre ele. Apontam, ainda, que crianças e adolescentes negros são muitas vezes representados na mídia eletrônica e impressa de forma discriminada e estereotipada, associando-os a possíveis marginais. Duas das mais visíveis discriminações referem-se ao emprego de atores negros em condições subalternas e o baixo investimento em artistas negros e nos que fogem aos padrões de beleza da mídia.

Aspectos positivos da mídia também foram lembrados nas pesquisas acima citadas, como o fato de ela ser um importante guia para o comportamento desse grupo, servindo como fonte de informação para as dúvidas e questões que muitas vezes não são esclarecidas na escola ou na família.

A polêmica regulamentação dos meios de comunicação

O debate sobre a qualidade do conteúdo midiático voltado para crianças e adolescentes está inserido em um contexto amplo: o do direito à comunicação, explicitado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. A experiência de países que criaram uma política de garantia desses direitos, como a Suécia, aponta para o fato de que é impossível implementar um avanço nessa direção sem discutir a regulamentação dos meios – desde a propaganda até a quantidade de horas que a emissora deve dedicar à veiculação de conteúdos nacionais, culturais e educativos.

Entretanto, a legislação brasileira que rege o conteúdo e o controle dos meios de comunicação é antiga – foi elaborada em 1962. E apesar de a Constituição afirmar que os veículos de comunicação social brasileiros não podem ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio e oligopólio e definir que as emissoras de rádio e televisão têm a atribuição de dar preferência a produções artísticas, culturais e informativas, ela ainda não foi regulamentada.

Com a lei completamente defasada em relação à evolução da comunicação, a sociedade fica sujeita a distorções que nivelam por baixo a qualidade do produto midiático e submetida a um espectro muito reduzido de diversidade de informação. A negligên-

cia em relação ao setor tem facilitado, aberta ou dissimuladamente, a concentração da posse dos meios de comunicação. O estudo *Os Donos da Mídia*, coordenado em 2002 pelo jornalista e professor Daniel Herz, do Instituto de Pesquisas de Comunicação de Porto Alegre, revela que apenas seis redes privadas dominam o segmento de TV. A elas, estão ligados outros 668 veículos, sendo 296 emissoras de TV. Apenas 35 emissoras de TV no Brasil escapam dessa categoria. Ou seja, apenas seis empresas – com sua ideologia política, econômica, moral e até religiosa – são responsáveis pela maior parte do conteúdo disseminado para 180 milhões de brasileiros. “Não existem estudos que afirmem categoricamente que haja uma identidade total entre o que a mídia divulga e o que os grupos econômicos defendem, mas, com certeza, há um condicionamento muito forte”, comenta o professor Herz.

Alguns aspectos reforçam ainda mais a fragilidade da lei defasada. Um deles é o advento de novas tecnologias, como a TV digital. A esperada convergência de televisão e internet em um pacote único de serviços, segundo especialistas norte-americanos, tende a convergir também para um único espaço interativo a produção de conteúdo e comércio, criando uma intimidade jamais vista entre crianças, adolescentes e publicitários.

Outra questão que influencia a qualidade do conteúdo recebido por crianças e adolescentes é o fortalecimento e a ampliação dos conglomerados de mídia internacionais. Segundo o pesquisador inglês Robert W. McChesney, em artigo, publicado no livro *Children, Young People and Media Globalization*, de 2002, os gigantes da mídia global exercem um impacto progressivo na cultura especialmente quando entram em nações em que os sistemas de comunicação são controlados pelo favorecimento político ou nas quais o Estado tenha exercido censura significativa.

O corporativismo que impede avanços

Algumas características do atual modelo de controle brasileiro sobre os meios de comunicação podem explicar a dificuldade em se fazer com que os princípios ditados pela Constituição Federal entrem em vigor. As empresas que exploram os serviços de radiodifusão dependem de uma concessão outorgada pelo Congresso Nacional e contam com um sistema privilegiado em relação a outros países. O período de concessão de dez anos para o rádio e 15 para a televisão (na Bélgica, por exemplo, a renovação deve ser feita de três em três anos). Para as concessões brasileiras não serem renovadas, o processo de questionamento precisa contar com a maioria dos votos do Congresso Nacional. Ou seja, a concessão de um bem público fundamental tem a possibilidade de ser usada como instrumento de poder político. Um agravante nesse contexto é o fato de diversos parlamentares possuírem alguma forma de ligação com a mídia: são parentes de donos de empresas de comunicação, têm relações próximas com empresários que controlam os veículos etc. – por sinal, outra prática mais eficientemente coibida em muitos países que avançaram na regulamentação e fiscalização do setor.

Outro fator que tem bloqueado o debate é a visão de que o controle da qualidade do conteúdo midiático se configura em uma prática de censura. Esse ainda é o principal argumento utilizado pelas empresas de comunicação para se recusarem a discutir o assunto. Mesmo duas décadas após o fim do regime militar.

Diante desse panorama, a sociedade fica vulnerável a uma série de agressões ao fluxo democrático da informação: o enviezamento ideológico, o desrespeito a singularidades regionais, o empobrecimento cultural e a dependência cada vez maior da propaganda.

Avanços rumo à qualidade

Não cabe atribuir à imprensa e à televisão a responsabilidade de conter a violência e suas manifestações. Entretanto, isso não isenta os meios de comunicação de cumprir sua função pública atribuída pela Constituição Brasileira. Afinal, o direito das crianças e adolescentes de receber informações que contribuam para sua melhor qualidade de vida, preconizado no artigo 17 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, do qual o Brasil é signatário, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente, não tem sido devidamente respeitado.

O debate sobre a qualidade do conteúdo midiático voltado para crianças e adolescentes está inserido em um contexto amplo: o do direito à comunicação

Os esforços para garantir uma mídia de qualidade e enfrentar a questão da violência são grandes e devem envolver toda a sociedade. Nessa busca de soluções, destacam-se grupos de profissionais de diversas áreas de atuação, veículos de comunicação e a sociedade civil convergindo esforços a fim de garantirem o direito de crianças e adolescentes previsto internacionalmente.

Campanhas de debate sobre o controle da mídia

A discussão do controle de conteúdo dos meios de comunicação, por exemplo, esbarra na má vontade política dos proprietários dos veículos. Uma iniciativa recente da sociedade civil, entretanto, merece destaque. A campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania, liderada pelo deputado federal Orlando Fantazzini (PT-SP) e realizada em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tem o objetivo de acompanhar permanentemente a programação de televisão, rastreando os eventuais abusos praticados pelas emissoras. A vigilância e as denúncias recebidas de telespectadores permitem que sejam indicados e divulgados periodicamente o nome de programas que desrespeitam os direitos humanos e os princípios básicos da cidadania.

O grande mérito da campanha consiste na estratégia de diálogo com os anunciantes dos programas de baixa qualidade. O envolvimento dessas empresas na discussão vem mostrando que a decisão é acertada. Algumas delas têm manifestado a possibili-

dade de retirar-se do espaço publicitário dos programas que têm o nome divulgado periodicamente pela campanha. Por outro lado, as emissoras de televisão demonstram publicamente o desconforto com esse tipo de estratégia, procurando desqualificar a campanha e seus idealizadores. Para que ela tenha maior impacto, além da divulgação do nome dos programas, pretende-se que o nome dos anunciantes dos programas considerados de baixa qualidade também seja publicado nos relatórios sistemáticos apresentados ao público.

Ações para qualificar os produtos midiáticos

Para oferecer uma programação de maior qualidade, é necessário que os veículos de comunicação mobilizem sua competência técnica e seus recursos econômicos. Isso depende essencialmente da mudança de mentalidade das redações e das equipes de produção de programas de entretenimento.

No campo do jornalismo, ações como as realizadas pela ANDI mostram disponibilidade de parcela significativa dos profissionais das redações para uma mudança no comportamento. A partir de meados da década de 90, a imprensa brasileira vem apresentando uma mudança de padrão de comportamento no que se relaciona à infância e adolescência. Isso ocorre principalmente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dados da ANDI mostram que o número de matérias sobre questões referentes a essa faixa etária nos principais jornais brasileiros cresceu mais de 1.140% no período entre 1996 e 2004.

Desde o seu surgimento, em 1992, a ONG atua pelo aprimoramento da qualidade da informação em torno de temas considerados decisivos para a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência. Para isso, busca fortalecer a capacidade da imprensa em agendar o debate público em torno dessas temáticas e em exercer um controle social mais efetivo sobre as principais políticas dirigidas a esses segmentos etários. Para cumprir sua missão, a ANDI trabalha segundo três eixos estratégicos: a mobilização; o monitoramento e a análise; mais a qualificação.

As ações de mobilização estimulam as redações a cobrir de forma mais abrangente e efetiva as questões relativas à infância e adolescência. Isto inclui a divulgação de sugestões de pauta, o atendimento a jornalistas que estão desenvolvendo reportagens, o reconhecimento a profissionais que se destacam no tratamento a esse universo temático (projeto Jornalista Amigo da Criança), e a realização do concurso Tim Lopes para projetos de investigação jornalística que tenham como foco central a violência sexual.

Diariamente, a cobertura que a mídia impressa brasileira oferece aos principais temas relativos aos direitos da infância e adolescência é monitorada pela ANDI. O conteúdo de 56 jornais e dez revistas é selecionado e classificado a partir de aspectos como temas focalizados, fontes de informação ouvidas, menção a políticas públicas e à legislação, referência a questões de diversidade etc.

No campo da análise e qualificação, a ANDI atua na produção de pesquisas quantitativas sobre o tratamento oferecido pela imprensa aos principais temas da agenda social brasileira. A partir desses estudos, são elaboradas publicações e realizados eventos que visam subsidiar as atividades não apenas de jornalistas, mas de estudantes, professores de comunicação e outros atores sociais.

A repercussão extremamente positiva dessas diversas ferramentas de trabalho despertou o interesse de outras organizações, de diversas regiões do país, o que levou, em 2000, à configuração da Rede ANDI Brasil, que atualmente conta com 11 ONGs. Essa forma de atuar tem viabilizado uma atenção especial diante da realidade de cada estado, tanto no que diz respeito aos meios de comunicação quanto à agenda da infância e da adolescência. Três anos depois, essa experiência extrapolou as fronteiras brasileiras, com a criação da Rede ANDI América Latina, hoje composta de entidades de dez países.

Vale destacar que existem no Brasil outras entidades trabalhando pela implementação de uma cultura jornalística ética e pautada nos direitos humanos. Um exemplo expressivo é o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida, fundado em 2001, na Bahia, por jornalistas mobilizados pelo assassinato de uma colega. A entidade é hoje formada por comunicadores, estudantes de comunicação e representantes de organizações da sociedade civil que acreditam no potencial da mídia no enfrentamento da violência e na construção de uma cultura de paz. Para alcançar seus objetivos, a iniciativa prevê a qualificação dos profissionais de imprensa e o monitoramento de políticas públicas relacionadas à área de segurança, entre outras ações.

Incentivo na tela

No campo do entretenimento também existem ações que demonstram ser possível avançar rumo à melhora da qualidade da programação televisiva brasileira. Uma das mais importantes é o merchandising social, implementado especialmente no contexto das produções da Rede Globo de Televisão. A estratégia consiste em inserir de forma sistemática, nas tramas das telenovelas e minisséries da emissora, discussões sobre questões socialmente relevantes.

A iniciativa, que se fortaleceu em 1994 por uma parceria da emissora com a Comunicarte, uma empresa de comunicação para o desenvolvimento, foi tão bem recebida pelo público que atualmente a própria Globo tem um departamento específico para desenvolver essas intervenções. Em 2003, a novela *Mulheres Apaixonadas*, por exemplo, registrou um dos maiores índices de inserções sociais de todos os tempos. Entre as questões abordadas estavam a violência urbana e a doméstica.

É importante lembrar que o programa voltado especificamente para o público adolescente de maior audiência, a série *Malhação*, foi lançado em 1995 sem a menor preocupação com a temática social. É exibido na principal rede de televisão do país e formatado para abordar questões da adolescência. No início dos anos 2000 – por iniciativa de roteiristas e por meio de merchandising social – passou a abrir espaço para o tratamento de assuntos que contribuem de forma direta para o processo de formação de seu público, como questões de gênero, sexualidade, violência e discriminação racial, entre outros.

Em 2004, a série atingiu índices recordes, segundo dados do IBOPE, publicados na revista *Veja*, superando até programas tradicionais da televisão brasileira, como as telenovelas. Além do merchandising social, parte do sucesso pode ser creditado ao fato de ela ser modificada de acordo com sugestões e opiniões de adolescentes entrevistados em pesquisas como *Fala, Galera – Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro*, de 1999, de profissionais que lidam diretamente com esse grupo e com a interface dos jovens com a rede televisiva.

Estímulo à qualidade

A sociedade civil também se organiza para estimular a produção de entretenimento de qualidade para crianças e adolescentes. Um bom exemplo disso é a organização não-governamental Mídiaativa – Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes. Criada em 2002 por um grupo multiprofissional que atua nas áreas da Comunicação e da Educação, a ONG tem o objetivo de promover o pensamento crítico sobre a mídia e contribuir para a melhoria da qualidade da programação televisiva e demais mídias eletrônicas destinadas a crianças e adolescentes. Para isso, trabalha em algumas frentes de atuação: fornece elementos para orientar pais, educadores e profissionais de outras áreas a respeito da leitura crítica dos meios; estimula e realiza pesquisas sobre os diferentes aspectos da relação entre a mídia e o público infanto-juvenil; organiza debates sobre a qualidade dos produtos da mídia; reconhece as principais contribuições e as estimula, entre outros.

Um exemplo da atuação do Mídiaativa é o Prêmio Mídia Q – Qualidade e Responsabilidade em Programação Infanto-Juvenil. A iniciativa visa identificar as expectativas dos telespectadores e valorizar as produções televisivas de qualidade, contribuindo para a melhoria da programação da TV brasileira. Para isso, realiza uma pesquisa qualitativa com crianças, adolescentes e pais a respeito da programação. A partir daí, cria e divulga um ranking dos melhores programas – sejam eles voltados especificamente para a faixa etária ou não. Anualmente, concede o prêmio aos profissionais e empresas que contribuem para a realização e apresentação desses programas, como os realizadores, os patrocinadores, as emissoras, os anunciantes e os planejadores de mídia.

A Mídiaativa também tem o mérito de ter contribuído para trazer ao Brasil o debate mundial sobre a mídia para crianças e adolescentes. Em parceria com a MultiRio, órgão da prefeitura do Rio de Janeiro, a entidade sugeriu o país como sede da IV Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, com o apoio da ANDI e do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP). O aporte do UNICEF ao evento proporcionou a presença e a participação de meninos e meninas do mundo inteiro.

O debate da IV Cúpula Mundial de Mídia

Em 2004, especialistas de todo o mundo reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir questões relacionadas à mídia produzida para crianças e adolescentes. Pela primeira vez, esse debate teve lugar em um país em desenvolvimento. A Cúpula também contou com profissionais de mídia, educadores e adolescentes dos cinco continentes. O principal objetivo do evento foi discutir meios de assegurar maior qualidade na produção midiática voltada para as novas gerações. Em foco, estavam a diversidade da produção, a influência desses conteúdos na formação de crianças e jovens, a educação para a mídia e a concentração dos meios de comunicação.

Esses debates não se restringiram aos profissionais e especialistas. O evento deu voz aos jovens por meio do Fórum dos Adolescentes, que reuniu participantes de todo o mundo para trocar experiências, dialogar com os especialistas e expor impressões do que seria uma mídia de qualidade. Os resultados dos debates podem ser encontrados no documento Cartas do Rio, que reúne a Carta dos Profissionais, com conclusões e recomendações elaboradas pelos profissionais e especialistas, e a Carta dos Adolescentes.

Elaboradas de maneira independente, ambas as propostas para a construção de uma programação de qualidade convergem em vários pontos. Os documentos identificaram, por exemplo, a necessidade urgente de regulamentação dos meios de comunicação de massa. Os adolescentes apontaram a importância da criação de conselhos que regulem, especificamente, a veiculação de conteúdo violento. A concordância também aparece, entre outros momentos, na recomendação por maior espaço de participação de crianças e adolescentes, tanto nos produtos de mídia já existentes quanto na produção e veiculação de conteúdos próprios, e na necessidade da implementação de projetos de educação para a mídia nas escolas.

Programas de educação para a mídia

O fato de que crianças e adolescentes têm na mídia a maior fonte de entretenimento e de informação leva à necessidade de qualificar esse público para uma recepção mais crítica dos meios. Isso pode ser implementado tanto como uma política de currículo da educação formal quanto por projetos realizados por organizações não-governamentais, centros comunitários e outros, abrangendo também outras faixas etárias. O UNICEF e outras instituições envolvidas com os direitos da criança e do adolescente registram experiências desenvolvidas em diversas partes do mundo, que buscam relacionar educação e comunicação, no sentido de estimular o desenvolvimento de programas pedagógicos capazes de preparar crianças e adolescentes a lidar de forma crítica com os conteúdos midiáticos.

De maneira geral, essas atividades são conhecidas, no Brasil, sob os nomes de educação para a mídia ou de educomunicação. Ela conta com duas vertentes principais: uma voltada para a leitura crítica da mídia e a outra para a apropriação das técnicas de produção dos meios de comunicação. Na América Latina, a leitura crítica desenvolveu-se à margem do sistema educacional oficial, por meio de projetos de instituições voltadas para a educação e a cultura popular. Nesse processo ocorre um estudo aprofundado do conteúdo, com destaque para a análise da linguagem, da edição, das fontes de informação ouvidas, dentre outros elementos. Já na apropriação dos meios, o principal objetivo é promover a educação para a mídia por meio da produção de conteúdos. Ao conhecer e fazer uso do processo de produção das diversas linguagens e meios de comunicação, estimula-se tanto o desenvolvimento do potencial criativo de crianças e adolescentes quanto fomenta-se sua capacidade de análise.

Um cenário ideal apontado por pesquisadores é o da convergência entre essas duas abordagens, de modo a formar audiências com um grau elevado de capacidade crítica diante das produções veiculadas pelos meios de comunicação. Uma figura importante nesse contexto é a do educador, personagem capacitado a ensinar os alunos a analisar, sob os diversos pontos de vista, as montagens do discurso e da cena que constroem as mensagens.

No que diz respeito à educação para a mídia, predominam no Brasil as iniciativas de ONGs, em geral resultado de esforços locais, sem o amparo de leis ou políticas públicas abrangentes. Mas começam a surgir experiências de maior amplitude. O UNICEF no Brasil, por exemplo, se preocupa em fomentar iniciativas como a do Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes, Mídiaativa. A organização recebeu o apoio do UNICEF, em 2004, para capacitar educadores a usar programas de televisão como instrumento de formação

cultural de crianças e adolescentes e a discutir o tema em salas de aula, além de aproveitar os veículos como apoio para os conteúdos programáticos dos currículos escolares.

O projeto alcançou 400 educadores em quatro cidades brasileiras: Santo André (SP), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE). A equipe do Midiativa estabeleceu uma metodologia que mesclava as noções técnicas e estéticas da linguagem televisiva com vídeos e materiais informativos para alimentar discussões sobre qualidade na programação de TV. Nos encontros periódicos, os educadores têm oportunidade de compartilhar, em pequenos grupos, a aplicação dos temas teóricos em sala de aula e de discutir os resultados das estratégias aprendidas. A experiência acaba se reproduzindo nas redes estaduais e municipais que participaram do projeto, já que 80% dos grupos de educadores eram formados por profissionais das redes formais de ensino médio e fundamental. Os demais 20% eram educadores não formais, ligados a organizações não-governamentais,

O fato de que crianças e adolescentes têm na mídia a maior fonte de entretenimento e informação leva à necessidade de qualificar esse público para uma recepção mais crítica dos meios

que também reproduzem as lições aprendidas com crianças e adolescentes atendidos em suas instituições ou na formação de outros profissionais da educação.

Outro exemplo é o projeto Educom.rádio, desenvolvido desde 2001 pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em parceria com o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. O programa trabalha com escolas públicas de ensino fundamental, capacitando alunos, professores e membros da comunidade para a utilização do rádio. A idéia surgiu como uma alternativa pedagógica para uma escola da rede municipal que tinha altos índices de violência. Com o mérito de integrar, além dos alunos, a comunidade, o projeto conseguiu reduzir à metade o número de furtos nas escolas municipais.

O projeto também começa a mobilizar o nível federal. O Ministério da Educação vem implementando uma iniciativa piloto, nos moldes do Educom.rádio, desde março de 2004. O projeto Educom.radio Centro-Oeste compreende os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Professores de ensino médio das escolas estaduais desses três estados receberam capacitação de professores da USP durante o ano. Além dos seminários e workshops realizados, eles contam com capacitação à distância por meio de um ambiente virtual: participam de chats e fóruns de discussão, aprendendo conceitos de educomunicação, de linguagem radiofônica, de produção de programas e outros. Cerca de 70 escolas são alcançadas pelo projeto no Centro-Oeste, envolvendo 140 professores.

Com o objetivo de ampliar os significativos resultados de projetos de educomunicação no desenvolvimento de crianças e adolescentes e de apontar o caminho para a cons-

trução de políticas públicas que possam incluir um número cada vez maior de meninos e meninas nessas iniciativas, nasceu em 2004 a Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação (CEP). A rede é formada por instituições que trabalham em várias partes do país e têm em comum a promoção do direito de crianças e adolescentes à informação de qualidade, por meio da inserção de práticas de comunicação na educação de meninos e meninas.

De São Paulo a Manaus, passando por Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Feira de Santana, Salvador e Nova Olinda, no Ceará, as 13 organizações integrantes da Rede CEP desenvolvem programas que promovem a inclusão social de meninas e meninos considerando a comunicação muito mais do que apenas um meio. Com o apoio do UNICEF, a troca de experiências e conhecimentos iniciada em 2002 se consolidou no início de 2005, com a publicação *Mídia e Escola – Perspectiva para Políticas Públicas*. A meta maior da Rede é construir em três anos uma proposta abrangente de política pública envolvendo mídia e escola.

Recomendações

Mesmo não sendo responsáveis diretos pela violência e suas manifestações, os meios de comunicação podem e devem representar um papel central em uma ampla articulação de esforços voltados para o enfrentamento do problema. No complexo processo de influência da mídia, vale lembrar, as temáticas ou enfoques privilegiados pelos meios de comunicação acabam alcançando impacto potencializado sobre a sociedade.

No caso da violência, merece questionamento por parte da sociedade, por exemplo, a grande visibilidade que vem sendo dada, de forma descontextualizada, à questão da criminalidade. O encaminhamento de soluções para o fenômeno passa necessariamente pela desnaturalização de algumas formas de violência enraizadas historicamente, com a ampla divulgação das causas, conseqüências e potenciais soluções para o problema.

A abordagem na mídia escrita e falada dos eventos violentos dentro do contexto de causas, danos físicos, morais e emocionais e a apresentação de soluções que ajudem a promover ambientes saudáveis para crianças e adolescentes, são importantes ações protetoras. Assim como uma representação mais adequada das formas de violência que afeta crianças e adolescentes em especial, identificando o perfil das vítimas e áreas mais afetadas. A representação do fenômeno da violência deve passar, também, por questões de diversidade cultural, social, étnica, de gênero.

Diante disso, o apoio dos profissionais de mídia, que já vem dando frutos relevantes, é imprescindível para o alcance público da problemática e para a efetivação de políticas públicas amplas e efetivas.

É necessário também o envolvimento de governos, empresas de comunicação, anunciantes e publicitários, escolas e universidades, educadores, pesquisadores, profissionais da saúde, organizações da sociedade civil, consumidores de mídia, família e das próprias crianças e adolescentes. O estabelecimento de alianças entre esses atores é fundamental para o avanço rumo a uma melhor qualidade de informação.

Recomenda-se que instituições de ensino superior e empresas de comunicação cuidem para oferecer formação adequada e continuada aos profissionais. É importante a sensibilização dos comunicadores para que possam oferecer melhor tratamento das notícias e informações sobre violência ou qualquer outro aspecto da infância e adolescência.

Profissionais que lidam com a questão da violência, em especiais os da saúde, podem e devem apoiar a adequada divulgação de informações sobre aspectos que se relacionam com a faixa etária, como questão das drogas (legais e ilegais) e seu impacto na morbimortalidade por causas externas – acidentes de trânsito envolvendo jovens, por exemplo. A mídia também deve ser auxiliada a informar a população sobre onde procurar orientações, grupos de auto-ajuda, emergências e apoio aos casos de violência.

A questão do impacto da violência na mídia, entendida como um problema de saúde pública nos países desenvolvidos, deve ser mais aprofundada e as metodologias adotadas nos países centrais não podem ser generalizadas para os contextos de nações como o Brasil, onde se verifica situações socioculturais bastante diferenciadas. Dessa forma, o assunto merece urgente investimento nas especificidades individuais, sociais e culturais brasileiras por parte dos pesquisadores. É urgente, também, o investimento em pesquisas sociais e epidemiológicas de âmbito nacional sobre os fatores de risco, assim como os de proteção no contexto do impacto da violência na mídia na vida de crianças e adolescentes.

Existem evidências de que ambientes protetores podem contribuir positivamente para a inter-relação da mídia com crianças e adolescentes. É o caso, por exemplo, da mediação de pais, profissionais de educação e saúde na relação das mídias com crianças e jovens, que pode contribuir para promover orientação e prevenção à violência. Dessa forma, é importante o estímulo e a criação de políticas públicas de educação para mídia, especialmente no sistema oficial de ensino.

Importante, ainda, o financiamento público e privado para o envolvimento de jovens na produção de programas e outros produtos da mídia. Isso os ajuda a desenvolver uma visão mais crítica sobre a atuação das mídias tradicionais. A veiculação desses produtos deve ser estimulada.

A manutenção e o fortalecimento dos sistemas públicos de comunicação também são essenciais. As televisões públicas, por exemplo, vêm demonstrando que é possível fazer programas de qualidade para crianças, respeitando seu nível cognitivo e contribuindo para o seu desenvolvimento. Tais programas não utilizam formas sensacionalistas de atingir audiência e são apreciados pelas crianças.

Para finalizar, se faz necessário um amplo debate na sociedade sobre a regulamentação dos meios no país. Contemplar aspectos como concentração de posse, globalização, regionalização da produção e criação de órgãos que monitorem a qualidade do conteúdo midiático na legislação é condição essencial para a obtenção de uma base concreta que sustente o desenvolvimento de produtos de qualidade para o público infanto-juvenil.